

3.5. Para os itens 1, 2, 4, 5, 7 a 12, 14 e 15, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021 , para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3.não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. Do preenchimento da proposta

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1.valor unitário e total do item:

5.1.2. Marca:

5.1.3. Fabricante:

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1.contiver vícios insanáveis:

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecução das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecução, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1.que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*:

7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. De acordo com o artigo 8º do Decreto nº 8538/2015, na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal. E, se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

8. Da fase da habilitação

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico salic.pr@rfb.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1.1.deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por meio do endereço eletrônico: salic.pr@rfb.gov.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. Das disposições gerais

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: salic.pr@rfb.gov.br.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Modelo Proposta de Preços e Declaração de Ausência de Nepotismo

ANEXO II – Termo de Referência

Apêndice do Anexo II – Estudo Técnico Preliminar

[DATADO E ASSINADO PELA AUTORIDADE COMPETENTE]

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

EDSON ANDRE COELHO LEVINSKI

Autoridade competente

Despacho: Portaria SRRF09 nº 838/2024

CRISTINE NODARI PANCOTTE

Responsável pelo Planejamento

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo II ao Edital _ Modelo Proposta Precos e Declaracao Ausencia Nepotismo_.docx.pdf (39.06 KB)
- Anexo II - TR19_2024.pdf (464.97 KB)

Anexo I - Anexo II ao Edital _ Modelo Proposta Precos e Declaracao Ausencia Nepotismo_docx.pdf

Anexo II ao Edital - Pregão Eletrônico SRRF09RF nº 90011/2024**PROPOSTA DE PREÇOS E DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE NEPOTISMO (modelo)**

_____ (nome da licitante) _____, CNPJ nº _____, com sede na _____ (endereço completo) _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____ infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, para os fins de participação no Pregão Eletrônico SRRF09RF nº 90011/2024, apresenta a seguinte proposta de preços:

Item	Especificação - CATMAT 439861	Unidades Atendidas	Endereço para entrega	Unidade	Quant.	Valor unitário	Valor total
1	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	DRF Cascavel	Rua Rio Grande do Sul, nº 1289 - Centro - Cascavel/PR CEP 85801-901	Unidade	50		
2	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	DRF Curitiba	Rua João Negrão, 246, 1º andar - Curitiba/PR CEP 80010-200	Unidade	600		
3	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	ALF/FOZ e IRF Guaíra	3743 unidades em Av. Paraná nº 2845 – Bairro Monjolo - Foz do Iguaçu/PR CEP: 85864-385 e 30 unidades em Rua Castro Alves, nº 359 - Centro - Guaíra/PR CEP 85980-000	Unidade	3773		
4	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	DRF Londrina	Rua Brasil, nº 865 - Centro - Londrina/PR CEP 86010-916	Unidade	100		
5	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	DRF Maringá	Avenida 15 de Novembro, nº 527 - Centro - Maringá/PR CEP 87013-909	Unidade	150		
6	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	ALF Paranaguá	Rua Coronel José Lobo, nº 2300 - Bairro Oceania - Paranaguá/PR CEP 83203-340	Unidade	1125		
7	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	DRF Ponta Grossa	Avenida Visconde de Taunay, nº 1051 - Bairro Ronda - Ponta Grossa/PR CEP 84051-902	Unidade	100		
8	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	ALF Dionísio Cerqueira (Sede)	Rua República Argentina, nº 140 - Centro - Dionísio Cerqueira/SC CEP 89950-000	Unidade	100		

9	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	DRF Florianópolis	Rua Claudino Bento da Silva, nº 11 - Centro - Florianópolis/SC CEP 88010-135	Unidade	300		
10	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	ALF Itajaí	Rua Dr. Pedro Ferreira, nº 34, 1º Andar - Centro - Itajaí/SC CEP 88301-900	Unidade	100		
11	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	DRF Joaçaba	Rua Getúlio Vargas, nº 345 - Centro - Joaçaba/SC CEP 89600-000	Unidade	100		
12	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	DRF Joinville	Rua Prefeito Helmuth Fallgatter, nº 221 - Bairro Boa Vista - Joinville/SC CEP 89205-300	Unidade	720		
14	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	ALF/FOZ	Av. Paraná nº 2845 – Bairro Monjolo - Foz do Iguaçu/PR CEP: 85864-385	Unidade	1257		
15	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	ALF Paranaguá	Rua Coronel José Lobo, nº 2300 - Bairro Oceania - Paranaguá/PR CEP 83203-340	Unidade	375		

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: Atentar para a necessidade de utilização de apenas 2 casas decimais nos valores unitários e total uma vez que o sistema SIASG não aceita o empenho de valores com mais de 2 casas decimais.

Fone: _____

E-mail: _____

Prazo de validade da proposta: _____

Banco (cód): _____ Agência (cód): _____ Conta-corrente: _____

Obs: os dados referentes à conta bancária poderão ser informados na fase de contratação.

E, para os fins de classificação de sua proposta no Pregão Eletrônico SRRF09RF nº 90011/2024, em cumprimento ao disposto no art. 7º do Decreto nº 7.203/2010, e no inciso IV do artigo 5º da Portaria ME nº 1.144, de 03/02/2021, DECLARO não possuir relação familiar ou de parentesco, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, com agente público da Contratante que importe na prática de nepotismo.

Entende-se por agente público a pessoa natural que exerce cargo em comissão ou função de confiança na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal ou suas Unidades Jurisdicionadas, localizadas nos Estados do Paraná e Santa Catarina.

DECLARO estar ciente das cominações legais (penais) as quais estou sujeito caso as informações prestadas nesta declaração não sejam verdadeiras.

_____, _____ de _____ de 2024

Assinatura do representante legal

Anexo II - TR19_2024.pdf

opolis	Rua Claudino Bento da Silva, 11 - Centro - Florianópolis/SC CEP 88010-135
ai	Rua Dr. Pedro Ferreira, nº 34, Andar - Centro - Itajai/SC CEP 88301-900
açaba	Rua Getúlio Vargas, nº 345 - Centro - Joaçaba/SC CEP 896000
inville	Rua Prefeito Helmuth Fallgatter, nº 221 - Bairro Boa Vista - Joinville/SC CEP 89205-300

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O item 13 foi excluído ao cadastrar os itens no sistema, portanto, considere o item 13 inexistente.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024-2027, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: [00394460000141-0-000035/2024]

II) Data de publicação no PNCP: [20/05/2023]

III) Id do item no PCA: [108]

IV) Classe/Grupo: [8135]

V) Identificador da Futura Contratação: [170156-90001/2023]

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Garantia da contratação

4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única por item no local determinado na planilha do subitem 1.1.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no endereço constante da tabela de itens.

Garantia, manutenção e assistência técnica

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Habilitação jurídica

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS):

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.20. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

8.21. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.21.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.21.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados:

8.21.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.21.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.21.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.21.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.21.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 555.514,50

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 555.514,50 (quinhentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e quatorze reais e cinquenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo.

Item	Especificação - CATMAT 439861	Unidades Atendidas	Endereço para entrega	Unidade	Quant.	Valor unitário	Valor total	Benefício LC 123
1	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	DRF Cascavel	Rua Rio Grande do Sul, nº 1289 - Centro - Cascavel /PR CEP 85801-901	Unidade	50	R\$ 62,77	R\$ 3.138,50	I
2	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	DRF Curitiba	Rua João Negrão, 246, 1º andar - Curitiba/PR CEP 80010- 200	Unidade	600	R\$ 62,77	R\$ 37.662,00	I
			3743 unidades em Av. Paraná nº 2845 – Bairro Monjolo - Foz do Iguaçu/PR					III -

100	R\$ 62,77	R\$ 6.
150	R\$ 62,77	R\$ 9.

TOTAL

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao senhor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 1.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 1.14. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 1.15. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 1.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 1.17. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

1.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

1. der causa à inexecução parcial do contrato;
2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
3. der causa à inexecução total do contrato;
4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
4. **Multa:**
 - 4.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
 - 4.2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.1, de 15% do valor do Contrato.
 - 4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 13.1, de 10% do valor do Contrato.
 - 4.4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 13.1, a multa será de 5% do valor do Contrato.
 - 4.5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 13.1, a multa será de 5% do valor do Contrato.
 - 4.6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 13.1, a multa será de 5% do valor do Contrato. ressalvadas as seguintes infrações:

A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14. SIGILO

14. De acordo com o art. 10 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022, não há necessidade de classificar o presente processo como sigiloso, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2021.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

CRISTINE NODARI PANCOTTE

Agente de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP22_2024.pdf (227.11 KB)

Anexo I - ETP22_2024.pdf

Estudo Técnico Preliminar 22/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 10905720097202416

2. Descrição da necessidade

Segundo o novo termo de demanda, a aquisição pretendida, tem o intuito de atender demandas das Unidades jurisdicionadas à SRRF09 quanto à aquisição de pallets para utilização em seus Depósitos de Mercadorias Apreendidas, seja em substituição aos deteriorados ou necessidade de aumento na quantidade atual. Os paletes são essenciais para acondicionamento, organização e armazenamento de mercadorias apreendidas, bem como para sua movimentação dentro do DMA, por empilhadeiras e paleteiras. Além disso, a utilização de paletes facilita a localização das mercadorias apreendidas dentro do DMA, trazendo agilidade no momento de sua destinação. O quantitativo a ser contratado, bem como os locais onde serão utilizados, foram estimados de acordo com a necessidade de cada Unidade, às quais foram consultadas pelo Sepol09. A quantidade foi estimada e a especificação do paleta foi definida por cada Unidade de acordo com o volume de mercadorias apreendidas em seus Depósitos, a área de armazenagem do DMA, o histórico de apreensões de mercadorias e a quantidade de paletes deteriorados, que precisam ser substituídos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEPOL/SRRF09RF	Edson André Coelho Levinski
SEPOL	Vanessa Claudino Guimarães

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Fornecimento de palletes de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200x1000x137mm) para as seguintes unidades, com entrega no local especificado:

Item	Especificação - CATMAT 439861	Unidades Atendidas	Endereço para entrega	Unidade	Quant.	Benefício LC 123
1	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	DRF Cascavel	Rua Rio Grande do Sul, nº 1289 - Centro - Cascavel /PR CEP 85801-901	Unidade	50	I
2	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	DRF Curitiba	Rua João Negrão, 246, 1º andar - Curitiba/PR CEP 80010-200	Unidade	600	I
	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	ALF/FOZ e IRF Guaíra	3743 unidades em Av. Paraná nº 2845 – Bairro Monjolo - Foz do Iguaçu /PR CEP: 85864-385 e 30	Unidade	3773	III - participação aberta vinculada ao

3			unidades em Rua Castro Alves, nº 359 - Centro - Guaíra/PR CEP 85980-000			item 14
4	Palete de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	DRF Londrina	Rua Brasil, nº 865 - Centro - Londrina/PR CEP 86010-916	Unidade	100	I
5	Palete de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	DRF Maringá	Avenida 15 de Novembro, nº 527 - Centro - Maringá /PR CEP 87013-909	Unidade	150	I
6	Palete de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	ALF Paranaguá	Rua Coronel José Lobo, nº 2300 - Bairro Oceania - Paranaguá/PR CEP 83203-340	Unidade	1125	III - participação aberta vinculada ao item 15
7	Palete de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	DRF Ponta Grossa	Avenida Visconde de Taunay, nº 1051 - Bairro Ronda - Ponta Grossa/PR CEP 84051-902	Unidade	100	I
8	Palete de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	ALF Dionísio Cerqueira (Sede)	Rua República Argentina, nº 140 - Centro - Dionísio Cerqueira/SC CEP 89950-000	Unidade	100	I
9	Palete de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	DRF Florianópolis	Rua Claudino Bento da Silva, nº 11 - Centro - Florianópolis/SC CEP 88010-135	Unidade	300	I
10	Palete de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	ALF Itajaí	Rua Dr. Pedro Ferreira, nº 34, 1º Andar - Centro - Itajaí /SC CEP 88301-900	Unidade	100	I
11	Palete de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	DRF Joaçaba	Rua Getúlio Vargas, nº 345 - Centro - Joaçaba/SC CEP 89600-000	Unidade	100	I
12	Palete de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	DRF Joinville	Rua Prefeito Helmuth Fallgatter, nº 221 - Bairro Boa Vista - Joinville/SC CEP 89205-300	Unidade	720	I
14	Palete de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	ALF/FOZ	Av. Paraná nº 2845 – Bairro Monjolo - Foz do Iguaçu/PR CEP: 85864-385	Unidade	1257	III - participação exclusiva vinculada ao item 3
15	Palete de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	ALF Paranaguá	Rua Coronel José Lobo, nº 2300 - Bairro Oceania - Paranaguá/PR CEP 83203-340	Unidade	375	III - participação exclusiva vinculada ao item 6

A entrega deve ser agendada previamente nas unidades da Receita Federal onde houver a contratação.

Não será exigida garantia uma vez que os produtos somente serão pagos após a sua devida entrega.

Não nos utilizaremos do princípio da padronização uma vez que não há padronização para este bem. Conforme PNCP somente foram padronizados, até o momento, água mineral sem gás, café e açúcar.

5. Levantamento de Mercado

Conforme consulta realizada no sistema Cotação de Preços, ao levantar os preços do objeto, verifica-se que há diversos fornecedores para o objeto.

Os quantitativos e locais de prestação do serviço foram determinados pelo SEPOL/SRRF09RF conforme dispõe o Termo de Demanda.

As entregas nos municípios de Foz do Iguaçu/PR e Guaíra/PR foram reunidas em um único item pela alta probabilidade de, caso os itens não fossem juntados, não conseguirmos propostas para Guaíra/PR e o item restar deserto na licitação.

Se juntássemos em um grupo (Foz do Iguaçu e Guaíra), não conseguiríamos aplicar a cota reservada no caso do fornecimento para Foz do Iguaçu, pois o valor de Foz do Iguaçu superaria o limite da cota, e se enquadraria no benefício tipo III e o valor de Guaíra se enquadraria no benefício tipo I. O sistema não permite juntar em grupo, desta forma.

As condições de aquisição e pagamento são semelhantes a do setor privado pois não há nenhuma especificidade diferente do que o setor privado adquire e o pagamento será realizado após a entrega do bem.

6. Descrição da solução como um todo

A solução que atende à Administração é a contratação de pessoa jurídica para o fornecimento do objeto em cada uma das localidades.

O pregão eletrônico será composto de 12 itens, e acrescido de 2 itens vinculados, cada um dos itens deverá ser entregue em determinada(s) localidade (s), abrangendo unidades no Paraná e em Santa Catarina.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades a serem adquiridas foram fornecidas pelo SEPOL/SRRF09RF, no Termo de Demanda, de fls. 2 a do processo administrativo, uma vez que a Equipe de Planejamento não tem conhecimento necessário para definir quantidades e locais da entrega do item.

As quantidades são as seguintes:

Item	Especificação - CATMAT 439861	Unidades Atendidas	Endereço para entrega	Unidade	Quant.	Benefício LC 123
1	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	DRF Cascavel	Rua Rio Grande do Sul, nº 1289 - Centro - Cascavel /PR CEP 85801-901	Unidade	50	I
2	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	DRF Curitiba	Rua João Negrão, 246, 1º andar - Curitiba/PR CEP 80010-200	Unidade	600	I
3	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	ALF/FOZ e IRF Guaíra	3743 unidades em Av. Paraná nº 2845 – Bairro Monjolo - Foz do Iguaçu /PR CEP: 85864-385 e 30 unidades em Rua Castro Alves, nº 359 - Centro - Guaíra/PR CEP 85980-000	Unidade	3773	III - participação aberta vinculada ao item 14
4	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	DRF Londrina	Rua Brasil, nº 865 - Centro - Londrina/PR CEP 86010-916	Unidade	100	I
5	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	DRF Maringá	Avenida 15 de Novembro, nº 527 - Centro - Maringá /PR CEP 87013-909	Unidade	150	I
6	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	ALF Paranaguá	Rua Coronel José Lobo, nº 2300 - Bairro Oceania - Paranaguá/PR CEP 83203-340	Unidade	1125	III - participação aberta vinculada ao item 15
	Paleta de madeira		Avenida Visconde de			

7	(eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	DRF Ponta Grossa	Taunay, nº 1051 - Bairro Ronda - Ponta Grossa/PR CEP 84051-902	Unidade	100	I
8	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	ALF Dionísio Cerqueira (Sede)	Rua República Argentina, nº 140 - Centro - Dionísio Cerqueira/SC CEP 89950-000	Unidade	100	I
9	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	DRF Florianópolis	Rua Claudino Bento da Silva, nº 11 - Centro - Florianópolis/SC CEP 88010-135	Unidade	300	I
10	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	ALF Itajaí	Rua Dr. Pedro Ferreira, nº 34, 1º Andar - Centro - Itajaí/SC CEP 88301-900	Unidade	100	I
11	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	DRF Joaçaba	Rua Getúlio Vargas, nº 345 - Centro - Joaçaba/SC CEP 89600-000	Unidade	100	I
12	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	DRF Joinville	Rua Prefeito Helmuth Fallgatter, nº 221 - Bairro Boa Vista - Joinville/SC CEP 89205-300	Unidade	720	I
14	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	ALF/FOZ	Av. Paraná nº 2845 – Bairro Monjolo - Foz do Iguaçu/PR CEP: 85864-385	Unidade	1257	III - participação exclusiva vinculada ao item 3
15	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	ALF Paranaguá	Rua Coronel José Lobo, nº 2300 - Bairro Oceania - Paranaguá/PR CEP 83203-340	Unidade	375	III - participação exclusiva vinculada ao item 6

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 555.514,50

O preço estimado total da contratação é de R\$ 555.514,50 (quinhentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e quatorze reais e cinquenta centavos).

Uma vez que a cotação foi realizada via sistema Cotação de Preços, no compras.gov.br, o relatório completo está juntado como anexo deste ETP, e a Nota Técnica descreve toda a metodologia utilizada na cotação.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que devam ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Em vista disto, o princípio do parcelamento será aplicado na presente contratação, uma vez que o objeto, em sua totalidade por item/grupo, deverá ser entregue em cada uma das localidades, o que vai exigir a conferência em cada uma delas e o pagamento referente ao que foi entregue, portanto, não aumentará o serviço da gestão, uma vez que a entrega será única em cada uma das localidades, assim, optou-se por realizar a licitação em itens, incluindo as localidades de Foz do Iguaçu/PR e Guaíra/PR em um único item, o que irá propiciar a entrega do objeto em Guaíra pois, caso não fossem juntados, provavelmente não teria interesse dos fornecedores pela pequena quantidade solicitada.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

No caso em questão, não haverá contratações correlatas e/ou independentes

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está alinhada com o Mapa Estratégico da Receita Federal do Brasil 2024/2027. A referida contratação está alinhada com os seguintes objetivos:

Objetivos de Resultado: Facilitação e Segurança no Comércio exterior; Arrecadação federal; Conformidade Tributária e Aduaneira

Objetivos de Processo: Atuar na Redução dos Ilícitos Tributários e Aduaneiros.

Conforme determina o inciso II do parágrafo 1º do artigo 18 da lei 14.133/2022, está previsto no PNCP:

ID PCA no PNCP:00394460000141-0-000035/2024

Data de publicação no PNCP: 20/05/2023

Id dos itens no PCA: 108

Classe/Grupo: 8135

Identificador da Futura Contratação: 170156-90001/2023

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O resultado pretendido é a aquisição, pelo melhor preço possível, dos pallets para uso nas Unidades da RFB.

13. Providências a serem Adotadas

Não há providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação de serviços deve prever, no Termo de Referência, práticas de sustentabilidade de acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Conforme ETP, entendemos ser viável a presente contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

CRISTINE NODARI PANCOTTE

Agente de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 7. cotação-detalhado-5-2024.pdf (104.06 KB)

RASCUNHO

Anexo I - 7. cotação-detalhado-5-2024.pdf

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Detalhado

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
5/2024	170156	Rascunho	CRISTINE NODARI PANCOTTE

Título: Palete de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)

Observações:

Total de itens cotados: 1 **Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 555.553,4400

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
439861 - Palete Material: Madeira , Comprimento: 1200 MM, Largura: 1.000 M	Unidade	8850
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	● Média	Mediana
R\$ 37,2000	R\$ 62,7744	R\$ 60,8000
Coeficiente de Variação: 31,2619%		
Desvio Padrão: 19,6245		
Maior Preço: R\$ 108,5000		
Método de cálculo adotado: Média		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº		Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	780	Unidade	R\$ 74,0000	07/06/2024	Sim
Id da Compra		Comprado em			Nº do Item		Objeto da Compra	
16030405900062024		07/06/2024			12		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de insumos e ferramental para estocagem e acondicionamento de armamento do Centro de Operações de Suprimento do Batalhão de Manutenção e Suprimento de Armamento	
Esfera		UASG			Forma		Modalidade	
Federal		160304			SISRP		Pregão	
Fornecedor					Marca/modelo			
ELDORADO 2022 COMERCIO E SERVICOS LTDA					PALETE 1000X1200X150			
Índice e Valor		Ata			Edital		Compra	
-		Acesse a Ata			Acesse o Edital		Acesse a compra	

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 33,5000	21/05/2024	Não
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
16001805000232023		21/05/2024		6		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de material de consumo e permanente para o 12 BSUP.	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Federal		160018		SISPP		Pregão	
Fornecedor				Marca/modelo			
KLM COMERCIO ATACADISTA DE FERRAMENTAS LTDA				madeira,			
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		-		Acesse o Edital		Acesse a compra	

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	I	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 69,9700	26/04/2024	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
16800606901062024		26/04/2024		1		Objeto: Palete	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Federal		168006		SISPP		Dispensa	
Fornecedor				Marca/modelo			
LATEL MINAS SOLUCOES LTDA				compativel			
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		-		-		Acesse a compra	

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 165,1000	16/02/2024	Não
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
8002006900012024		16/02/2024		3		Objeto: Aquisição de vasos de plantas, com suporte de madeira com rodízios e forração em casca de pinus para atender a Secretaria da Corregedoria Regional e outras unidades do Complexo Trabalhista de Goiânia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Federal		80020		SISPP		Dispensa	
Fornecedor				Marca/modelo			
LUZOR GROUP LTDA				Glamour			
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		-		-		Acesse a compra	

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
5	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 64,0000	08/11/2023	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
7000505000292023		08/11/2023		9		Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para a aquisição de materiais permanentes e de consumo, para utilização nas Zonas Eleitorais na Central de Armazenamento de Urnas do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Federal		70005		SISRP		Pregão	
Fornecedor				Marca/modelo			
SOLUCCI DISTRIBUIDORA & SERVICOS LTDA				NOVA JERUSALÉM			
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		Acesse a Ata		Acesse o Edital		Acesse a compra	

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
6	I	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 49,5000	22/09/2023	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
16800405000702023		22/09/2023		1		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Pallets Padrão Brasileiro (PBR)	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Federal		168004		SISRP		Pregão	
Fornecedor				Marca/modelo			
GF PRODUTOS E SERVICOS LTDA				GF			
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		Acesse a Ata		Acesse o Edital		Acesse a compra	

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

7	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	600	Unidade	R\$ 45,0000	22/09/2023	Sim
---	---	--	-----	---------	-------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16001805000122023	22/09/2023	12	Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Material de consumo e permanente para o Depósito deSuprimento Cl I do 12º Batalhão de Suprimento
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160018	SISRP	Pregão
Fornecedor	Marca/modelo		
Y. DE O. MILERIO LTDA	ECO		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

8	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 60,8000	13/09/2023	Sim
---	---	---	-----	---------	-------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92638006000322023	13/09/2023	1	Objeto: Aquisição de paletes de madeira para atender a demanda do TJGO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência. Cujas especificações técnicas são as seguintes: Palete de 120 x 100 x 14 cm (P x L x A).
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	926380	SISPP	Dispensa
Fornecedor	Marca/modelo		
LMX DO BRASIL COMERCIO DE UTILIDADES LTDA	lmx		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

9	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	2000	Unidade	R\$ 37,2000	24/08/2023	Sim
---	---	--	------	---------	-------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16030405000042023	24/08/2023	11	Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de insumos e ferramental para estocagem e acondicionamento de armazenagem
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160304	SISRP	Pregão
Fornecedor	Marca/modelo		
THRUONE ENGENHARIA LTDA	Universal Pallets e		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
10	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	200	Unidade	R\$ 108,5000	23/08/2023	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
16020205000172023		23/08/2023		125		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de material de expediente.	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Federal		160202		SISRP		Pregão	
Fornecedor				Marca/modelo			
2 CLICK SOLUCOES LTDA				JD			
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		Acesse a Ata		Acesse o Edital		Acesse a compra	

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
11	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras. gov.br	1400	Unidade	R\$ 56,0000	10/07/2023	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
92740905000182023		10/07/2023		1		Objeto: Pregão Eletrônico - A presente licitação, pelo Sistema de Registro de Preços, tem como objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento materiais de escritório e de acondicionamento e embalagem	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Estadual		927409		SISRP		Pregão	
Fornecedor				Marca/modelo			
LIBRA COMERCIO LTDA				LIBRA			
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		Acesse a Ata		Acesse o Edital		Acesse a compra	

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Nota Técnica

I - objeto da contratação:

Aquisição de palete de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm), nas seguintes quantidades:

ALF/CTA: 600 unidades

ALF/DCA: 100 unidades

ALF/FOZ: 5.030 unidades (30 unidades para IRF/Guaíra)

ALF/ITJ: 100 unidades

ALF/PGA: 1.500 unidades

DRF/CVL: 50 unidades

DRF/FNS: 300 unidades

DRF/JOI: 720 unidades

DRF/LON: 100 unidades

DRF/MGA: 150 unidades

DRF/PTG: 100 unidades

II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento:

A presente pesquisa foi realizada pela servidora Cristine Nodari Pancotte (mat. 68478)

III - fontes consultadas:

Para a definição do valor estimado da contratação foi utilizado o parâmetro do inciso I do artigo 5º da IN SEGES nº 65/2021.

Foi priorizada a consulta aos sistemas oficiais do governo, em conformidade com o Art. 5º da In SEGES nº 65/2021. Esse resultado está constante no relatório, e é oriundo das bases de dados do Compras.gov.br.

O preço estimado para a contratação considerou o mínimo de três cotações, nos termos do art. 6º, §5º da IN SEGES nº 65/2021.

IV - série de preços coletados:

A série de preços coletados consta anexa a esta nota técnica de análise crítica de pesquisa de preços.

V - metodologia para obtenção do preço estimado:

A obtenção do preço estimado deu-se com base na média dos valores obtidos na pesquisa de preços uma vez já retiramos do cálculo os valores extremos e iremos utilizar todos os demais valores obtidos na pesquisa de preços para o cálculo do preço estimado.

Dentro dos preços coletados foi desconsiderado um preço excessivamente alto, conforme marcador "compõe" das tabelas do item, uma vez que, naquele caso, foram adquiridas apenas 5 unidades, por este motivo o preço mais alto, e um preço excessivamente baixo.

Como a pesquisa da média retornou um valor com 4 casas decimais e isso não é possível na cotação no comprasnet, o valor unitário foi arredondado para R\$ 62,77 (sessenta e dois reais e setenta e sete centavos).

VI - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte:

O preço estimado da contratação é de R\$ 555.514,50 (quinhentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e quatorze reais e cinquenta centavos) conforme memória de cálculo abaixo:

Item	Especificação - CATMAT 439861	Unidades Atendidas	Endereço para entrega	Unidade	Quant.	Valor unitário	Valor total	Benefício LC 123
1	Palete de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	DRF Cascavel	Rua Rio Grande do Sul, nº 1289 - Centro - Cascavel/PR CEP 85801- 901	Unidade	50	R\$ 62,77	R\$ 3.138,50	I

2	CURITIBA SRRF09 Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	DRF Curitiba	Rua João Negrão, 246, 1º andar - Curitiba/PR CEP 80010- 200	Unidade	600	R\$ 62,77	R\$ 37.662,00	Fl. 450 I
3	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	ALF/FOZ e IRF Guaíra	3743 unidades em Av. Paraná nº 2845 – Bairro Monjolo - Foz do Iguaçu/PR CEP: 85864- 385 e 30 unidades em Rua Castro Alves, nº 359 - Centro - Guaíra /PR CEP 85980-000	Unidade	3773	R\$ 62,77	R\$ 236.831,21	III - participação aberta vinculada ao item 14
4	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	DRF Londrina	Rua Brasil, nº 865 - Centro - Londrina/PR CEP 86010- 916	Unidade	100	R\$ 62,77	R\$ 6.277,00	I
5	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	DRF Maringá	Avenida 15 de Novembro, nº 527 - Centro - Maringá/PR CEP 87013- 909	Unidade	150	R\$ 62,77	R\$ 9.415,50	I
6	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	ALF Paranaguá	Rua Coronel José Lobo, nº 2300 - Bairro Oceania - Paranaguá/PR CEP 83203- 340	Unidade	1125	R\$ 62,77	R\$ 70.616,25	III - participação aberta vinculada ao item 15
7	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	DRF Ponta Grossa	Avenida Visconde de Taunay, nº 1051 - Bairro Ronda - Ponta Grossa/PR CEP 84051- 902	Unidade	100	R\$ 62,77	R\$ 6.277,00	I
8	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	ALF Dionísio Cerqueira (Sede)	Rua República Argentina, nº 140 - Centro - Dionísio Cerqueira/SC CEP 89950- 000	Unidade	100	R\$ 62,77	R\$ 6.277,00	I
	Paleta de madeira		Rua Claudino Bento da Silva, nº 11 -					

9	(eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	DRF Florianópolis	Centro - Florianópolis /SC CEP 88010-135	Unidade	300	R\$ 62,77	R\$ 18.831,00	Fl. 451 I
10	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	ALF Itajaí	Rua Dr. Pedro Ferreira, nº 34, 1º Andar - Centro - Itajaí /SC CEP 88301-900	Unidade	100	R\$ 62,77	R\$ 6.277,00	I
11	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	DRF Joaçaba	Rua Getúlio Vargas, nº 345 - Centro - Joaçaba/SC CEP 89600- 000	Unidade	100	R\$ 62,77	R\$ 6.277,00	I
12	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	DRF Joinville	Rua Prefeito Helmuth Fallgatter, nº 221 - Bairro Boa Vista - Joinville/SC CEP 89205- 300	Unidade	720	R\$ 62,77	R\$ 45.194,40	I
14	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	ALF/FOZ	Av. Paraná nº 2845 – Bairro Monjolo - Foz do Iguaçu/PR CEP: 85864- 385	Unidade	1257	R\$ 62,77	R\$ 78.901,89	III - participação exclusiva vinculada ao item 3
15	Paleta de madeira (eucalipto) tipo PBR 1 (1200X1000X137mm)	ALF Paranaguá	Rua Coronel José Lobo, nº 2300 - Bairro Oceania - Paranaguá/PR CEP 83203- 340	Unidade	375	R\$ 62,77	R\$ 23.538,75	III - participação exclusiva vinculada ao item 6
TOTAL						R\$	555.514,50	

Após a realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN SEGES nº 65/2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os preços de mercado

VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º:

Não foi realizada pesquisa direta com fornecedores.

Cristine Nodari Pancotte

Relatório emitido em 23/07/2024 10:18

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.

- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.

- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 11/09/2024 16:20:27 por Edson Andre Coelho Levinski.

Documento assinado digitalmente em 11/09/2024 16:20:27 por EDSON ANDRE COELHO LEVINSKI.

Esta cópia / impressão foi realizada por CRISTINE NODARI PANCOTTE em 12/09/2024.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP12.0924.08583.178Y

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:

39A94C6D56E47B5A3E8D8F71045AD18DAA18C880109FA5BB46F20306016B919D